



## **A escalada do tecno-autoritarismo no Brasil**

Dadocracia /// Data Privacy Brasil

São Paulo, Brasil

Para acessar os outros episódios apoiados pelo Goethe-Institut, acesse:

[goethe.de/tramas/podcasts](https://goethe.de/tramas/podcasts)

### **TRANSCRIÇÃO DO EPISÓDIO**

#### **[João Paulo]**

Alguém devia estar contando mentiras sobre o José Silva. Ele sabia que não tinha nada a esconder, mas numa certa manhã, foi acusado. Depois disso, a vida dele se transformou. Os amigos e a família ficaram desconfiados. Ele perdeu o respeito no trabalho e começou a viver como um verdadeiro inimigo do estado, sem nunca entender bem o que fez e por que aquilo tava acontecendo.

O José Silva é a minha versão de Joseph K, o personagem principal do livro O Processo, do Franz Kafka.

E hoje eu vou recorrer a uma história clássica da ficção para explicar um problema complexo do mundo.

No livro do Kafka o protagonista é uma vítima da burocracia, e nessa releitura o José Silva sofre com as consequências do uso excessivo de tecnologia por parte do governo.

Eu sei que esse plot parece muito mais com outra ficção: o livro 1984, do George Orwell.

Mas ao contrário da história do Big Brother, na qual o mal que o sistema traz é visível, é explícito, o cenário do José Silva é diferente. Ele está no Brasil de 2021 e o governo sabe tanto sobre ele, e quer saber tanto mais, que o resultado é uma falta de controle total sobre a própria vida.

É como se ao labirinto burocrático do Kafka se somasse a uma outra estrutura, também invisível, e ainda mais incompreensível. Uma gigantesca teia de troca de informações, de dados, sobre cada um de nós, que torna impossível entender bem quem sabe o quê sobre a gente. E o mais importante, como esse poder pode ser utilizado.

No Brasil, são mais de cinco milhões de Josés. Milhares desses são José Silva. E, a verdade é que o José pode ser qualquer um de nós. Ele é só mais um Silva que não faz ideia de que o governo sabe muito mais do que precisa sobre ele.

Eu sou o João Paulo Vicente, e no episódio de hoje do Dadocracia vou falar sobre isso: como o uso de dados se tornou uma ferramenta de controle governamental sobre os cidadãos. E como isso significa a escalada do tecnoautoritarismo no Brasil.

**=vinheta=**

**[João Paulo]**

Quem me fez pensar sobre essa analogia do livro do Kafka foi a Reetika Khera. Ela é economista, professora no Instituto Indiano de Tecnologia e uma das principais vozes na discussão sobre privacidade na Índia.

**[Reetika]**

So this kind of disempowerment comes from centralized control and centralized technologies, I think the Kafka's trial analogy is quite important.

**=tradução=**

*Esse tipo de desempoderamento vem de um controle centralizado e de tecnologias centralizadas, por isso eu acho que a analogia com o Processo do Kafka é bem importante*

**[João Paulo]**

Quando mencionou o Kafka, ela tava, na verdade, falando sobre o próprio país. É que a Índia tem desde 2009 uma espécie de cadastro único nacional que concentra todos os dados básicos do cidadão - nome, data de nascimento, nome do pai e da mãe, onde mora, quanto ganha -, e também a biometria, como digitais e íris. Esse sistema chama Aadhaar e o discurso quando ele foi criado era de que facilitaria o acesso aos programas sociais do governo indiano.

**[Reetika]**

Those who were selling this project at that time and marketing it were trying to market it as a welfare project.

**=tradução=**

*Quem tava vendendo esse projeto naquela época e fazendo o marketing dele, estava tentando vender como um projeto de bem estar social.*

**[João Paulo]**

No papel, o projeto era lindo. A Índia seria capaz, por exemplo, de distribuir comida para população pobre com mais eficiência. Seria muito mais difícil cometer fraudes, e por aí vai. A promessa era de que a digitalização melhoraria o governo e a vida do povo.

**[Reetika]**

And so and so then over very slowly and subtly over a period of time, the narrative begin. If you don't have this number, then even if you're currently entitled to these benefits, you will stop getting these benefits unless you enroll. So that's when the arm twisting began.

### **=tradução=**

*E aí, muito devagar, e até sutilmente, a narrativa começou. Se você não tiver esse número, mesmo se tiver direito a benefícios, vai parar de recebê-los. A não ser que se cadastre. Foi assim que começou a intimidação.*

### **[João Paulo]**

Na prática, o Aadhaar se tornou mais um muro entre os indianos e o estado. Tem casos de crianças que morreram de fome porque as famílias não conseguiram se cadastrar. Sem saber como resolver isso, elas foram excluídas pelo sistema.

Agora se por um lado as informações do governo não chegavam até a população, no sentido oposto, as informações do povo para o governo fluíram até bem demais.

### **[Reetika]**

Aadhaar was never about welfare. It was mainly about data mining and collating data from different sources.

### **[João Paulo]**

O Aadhaar nunca foi sobre bem-estar social. É principalmente sobre mineração e coleta de dados.

Essas são as palavras da Reetika.

E o que o governo pode fazer com esses dados? Muita coisa.

### **=sobe/desce som=**

### **[João Paulo]**

A Índia tá lá do lado outro lado do mundo. A capital Nova Deli fica a mais de sete mil quilômetros de distância de Brasília. Mas eu comecei falando de lá para dar uma ideia do caminho que a gente parece estar seguindo por aqui. Nos últimos dois anos, o Brasil parece outro.

Na verdade, desde 2013 o país mudou bastante. É como se os ventos da transformação tivessem entrado numa onda errada e levado a gente rumo ao passado. Em 2018, Jair Bolsonaro, um deputado de carreira até então inexpressiva e ex-capitão do exército, virou presidente.

O Bolsonaro nunca escondeu seu amor pelas piores práticas da ditadura militar, como censura, perseguição política, tortura, e execução de inimigos. E desde que ele foi eleito a gente não tem uma semana sem que ele fale algum absurdo.

**=audio clip: Jair Bolsonaro=**

Apenas a diplomacia não dá, né Ernesto. Que quando acaba a saliva, tem que ter pólvora.

**[João Paulo]**

Defenda políticas armamentistas

**=audio clip: Jair Bolsonaro=**

Arma é um direito de vocês

**[João Paulo]**

E ajude a piorar a desgraça causada pela Covid-19.

**=audio clip: Jair Bolsonaro=**

Pessoal começa aparecer estudos aqui, não vou entrar em detalhes, sobre uso de máscara. Que num primeiro momento aqui, uma universidade alemã fala que elas são prejudiciais a crianças.

**[João Paulo]**

Meio ambiente. Direitos humanos. Segurança pública. Saúde. São tantas frentes de batalha contra os retrocessos causados pelo governo Bolsonaro que um outro campo passa quaaaase despercebido. A tecnologia.

Eu não to falando de tecnologia hi-tech, como foguetes ou coisas do tipo. Mas na maneira como o governo vem mudando o uso que faz de vários sistemas de informação. Assim como a Índia e o Aadhar, o governo brasileiro está no meio

de um processo intenso de digitalização dos serviços públicos com um discurso semelhante de eficiência e economia.

O problema é que junto desse processo acontece uma troca cada vez mais fácil de dados e informações dos brasileiros entre diversos órgãos públicos, mesmo que isso não faça muito sentido. Como, por exemplo, quando um órgão de inteligência quer ter acesso a todas as informações da sua carteira de motorista.

Se isso já seria preocupante, no contexto de um governo como o do Bolsonaro, é mais ainda. E foi por isso que várias organizações começaram a prestar atenção em como esse tipo de tecnologia poderia facilitar uma escalada autoritária no Brasil.

### **[Zanatta]**

Quando formulei esse projeto inicialmente a gente tinha usado como título a defesa do Brasil do autoritarismo e eu comecei o processo de identificar na verdade aquilo que a gente estava exatamente analisando ou afunilando e os casos mais notórios eram casos de tecnologia muito explícitos de uso de bases de dados. Era o caso da Abin tentando puxar os dados biométricos da Denatran.

### **[João Paulo]**

Esse é o Rafael Zanatta, diretor da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. O Zanatta lidera desde o ano passado uma pesquisa que identifica inúmeros casos em que a tecnologia pode ser, ou é na prática, no presente mesmo, uma arma autoritária no Brasil.

Esse caso que ele falou é um bom exemplo. A Abin é a Agência Brasileira de Inteligência - e eu peço que vocês guardem esse nome porque a gente vai falar bastante dele. Na metade de 2020 a Abin fez uma parceria com o Denatran, o Departamento Nacional de Trânsito, para acessar os dados e fotos de todos os motoristas brasileiros. Todos. A coisa pegou tão mal que o governo cancelou essa parceria.

Agora é interessante a gente olhar para a justificativa desse acordo. Na época, a Abin disse que essa troca de informações era legal porque havia decretos que permitiam isso. Esses decretos, publicados pela presidência da república em

2019, também criaram o melhor exemplo dessa história que a gente tá contando hoje.

O Cadastro Base do Cidadão.

**[Estela]**

A gente tem dois decretos na Presidência da República que criam um cadastro base do cidadão e elas criam toda uma estrutura legal justamente para este grande cadastro de dados e a unificação desses dados.

**[João Paulo]**

Quem você ouviu foi a advogada Estela Aranha, presidente da Comissão de Proteção de Dados Pessoais da OAB do Rio de Janeiro.

Esse Cadastro foi criado dentro da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia. Na verdade ele é como se fosse um cadastro de cadastros, é uma estrutura que junta diversos bancos de dados diferentes do governo em um único local, e permite a vários órgãos consultarem isso de forma centralizada.

A ideia é que quando você precisar de um serviço público, todas as informações já estejam ali e não seja necessário preencher um novo formulário, coisas desse tipo. Parece bem prático, né. Agora quando a gente vê a dimensão real da coisa, assusta um pouco.

**[Estela]**

Ele fala da centralização já de 51 bases de cadastros nacionais de CPF Renavam CNPJ enfim. Mas aí inclui os dados de educação, seguro desemprego, folha salarial, salário dos funcionários públicos que é outra questão, pacientes do SUS né.

**[João Paulo]**

Não para por aí. Além de tudo isso, o Cadastro Base do Cidadão também prevê que sejam incluídos nesse grande banco de informações dados biométricos. Sabe, como seu rosto, ou, sua digital, que nem na Índia.

**[Estela]**

O cadastro único deverá conter características biológicas e comportamentais mensuráveis à pessoa natural que podem ser coletadas para reconhecimento automatizado tais como a palma da mão digitais, os dedos retina íris dos olhos, formato da face e voz e maneira de andar.

### **[João Paulo]**

A maneira de andar. É difícil imaginar qual serviço público exatamente precisa saber de forma automatizada o seu jeitinho de caminhar. A não ser que o plano seja...melhorar a situação das calçadas brasileiras.

Tudo isso está acontecendo num contexto em que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais acabou de começar a valer. A LGPD, como ela é conhecida, foi discutida por quase dez anos, aprovada em 2018, e entrou em vigor no ano passado. Essa lei diz o que empresas e o governo podem ou não fazer com seus dados, com as suas informações.

E tem uma coisa bem interessante aqui: o governo Bolsonaro tentou adiar a entrada em vigor da LGPD de um jeito meio estapafúrdio. Uma medida provisória, ou seja, uma canetada do presidente, de abril de 2020 sobre medidas emergenciais para a Covid-19 trazia meio escondido o adiamento da LGPD. Isso não foi para frente, e agora a lei taí, em voga.

E um dos pontos principais dela é que precisa existir uma razão, uma justificativa, para o governo usar um dado meu ou seu. Não basta ele ter essa informação, não basta ele querer usá-la, se ele vai fazer isso, precisa ter um porquê, e esse porquê precisa estar dentro da lei.

A Bia Barbosa faz parte da Coalizão Direitos na Rede e é representante da sociedade no Comitê Gestor da Internet no Brasil.

### **[Bia]**

A Lei Geral de Proteção de Dados quando fala do uso da hipótese de tratamento de dados para fins de políticas públicas ela fala que isso precisa ser feito com total transparência com o conhecimento do cidadão sobre que dados que estão sendo coletados para finalidades com órgãos que estão sendo compartilhados. Nada disso a gente vê acontecer nesse contexto.



**[João Paulo]**

Quando a gente tava conversando, a Bia falou uma coisa importante. Na verdade, um ponto que todo mundo que eu entrevistei citou.

**[Bia]**

Qualquer risco sobre a privacidade do cidadão e os direitos que existem sobre o uso de dados pessoais ele precisa ser analisada em função do contexto político em função de quem está coletando e tratando esses dados.

**[Zanatta]**

A gente tem que cuidar digamos assim no momento em que tem uma guinada mais autoritária. Talvez o nível de cobrança na sociedade civil na vigilância da sociedade civil tem que ser muito maior porque os perigos são muitos.

**[João Paulo]**

Esse é o Zanatta novamente.

**[Zanatta]**

O problema de que porque certas escolhas de uso de tecnologia como a centralização de bases de dados ou a permissão da interoperabilidade entre bases dentro do governo ou a escolha de sistemas como sistemas automatizados de reunião e cruzamento de informações de placas de carros e de reconhecimento facial porque esse tipo de escolha de tecnologia ele é um habilitador de processos mais autoritários mais repressivos e a quantidade de riscos que isso gera.

**[João Paulo]**

Centralização de bases de dados.

Essa é uma expressão chave. É muita informação, na mão de muita gente, sem qualquer controle sobre quem está fazendo o quê com isso.

No começo de fevereiro, eu procurei o Ministério da Economia para ouvir a versão deles para o Cadastro Base do Cidadão. O Ministério disse que ninguém tinha disponibilidade para falar sobre isso, mas enviou informações por escrito.

Aqui vão algumas delas:

O Cadastro visa a eficiência pública e a redução de erros e fraudes. Atualmente, trata apenas de dados biográficos. No futuro, são previstos dados biométricos. A adesão dos órgãos federais ao Cadastro Base do Cidadão ocorre para que consultem dados, mas não há centralização de dados.

**= sobe/desce som =**

### **[João Paulo]**

Hoje, esse Cadastro tem apenas algumas informações vinculadas ao CPF, como nome, data de nascimento, nome da mãe e onde você nasceu. A ideia é integrar a isso, outras bases de dados, como aquela do Denatran, que a Abin queria acessar. Mas a verdade é que a pandemia da Covid-19 deixou esse processo um pouco mais lento.

Mesmo assim, trinta e quatro órgãos públicos já conseguem consultar o Cadastro Base do Cidadão, como o Ministério da Saúde, o IBAMA e o ICMBio. Ou a Agência Espacial Brasileira - e olha que eu disse que a gente não ia falar de foguetes hoje.

Sabe quem mais? O Ministério da Justiça e Segurança Pública. E o CEX, CEX com C, sigla para o Comando do Exército Brasileiro.

Por e-mail, o Ministério da Economia também falou que o Cadastro Base já é utilizado em serviços como solicitar registro de pescador amador, obter aprovação de rótulo de água mineral, e fazer o registro de obra audiovisual, isso sem falar em várias funções do SUS, como acesso a medicamentos de alto custo.

Parece legal, né. E de fato um uso mais racional de informações sobre os brasileiros pode permitir que o governo preste melhores serviços à população. Agora o problema é fazer isso de uma forma tão abrangente, tão gigantesca, que nos deixa indefesos.

Será mesmo que o Comando do Exército precisa ter acesso à minha íris? Ou ao meu jeito de andar?

Enquanto a gente conversava, eu perguntei pro Zanatta qual foi a reação dele quando ouviu falar do Cadastro Base do Cidadão pela primeira vez.

### **[Zanatta]**

A minha reação foi. De algum modo a história estava se repetindo porque é a mesma narrativa a narrativa de que a eficiência está na centralização e de que o governo acima de tudo quer combater fraudes. Para mim a ascensão do tipo putz, de novo, lá vem de novo a mesma história, a mesma estratégia de centralizar com essa ideia de que isso é benéfico combateremos fraudes. E isso é o caminho da eficiência da desburocratização. E eu não acredito nisso, acho que eu acho que isso é a contramão da experiência histórica.

**= sobe/desce som =**

### **[João Paulo]**

Com o seu apetite insaciável por informação e a sua inabilidade de esquecer qualquer coisa que seja colocada nele, um computador central pode se tornar o coração de um sistema de vigilância governamental que iria devassar nossas finanças, nossas associações, e nossas saúde física e mental para inquisidores do governo e até observadores casuais.

Essas palavras são do Arthur Miller. E ele escreveu elas em mil novecentos e sessenta e sete, na revista The Atlantic, quando era professor de direito na universidade de Michigan. Na época, duas décadas antes de eu nascer, e quando o Bolsonaro era só uma criança que ainda sonhava em ser soldado, os Estados Unidos estavam no meio de uma discussão violenta sobre uma base de dados centralizada sobre a população.

Esse é o Arthur Miller falando sobre isso a uma rádio de Chicago, em 1970.

**= áudio clip: Arthur Miller=**

On occasion I call it on the pathway to a dossier dictatorship, as well, unless we watch our steps..

**[João Paulo]**

Às vezes eu chamo isso de caminho para uma ditadura dos dossiês, a não ser que a gente comece a se cuidar.

Esse projeto era chamado de National Data Bank e foi proposto em 1965, mas logo em seguida ele passou a ser criticado por várias ongs e pesquisadores como o Arthur Miller. Essa discussão acabou indo para o congresso norte-americano e fez muito barulho. De repente, lá no finzinho da década de 60, a privacidade virou um assunto pop, que nem ela é hoje quando a gente fala de empresas como o Facebook ou o Google.

Só que naquela época, assim como nesse episódio do podcast, o foco era o uso que o governo fazia desses dados.

No fim da década, a ideia do National Data Bank foi abandonada. E isso foi um marco, diz o Zanatta.

**[Zanatta]**

Essa experiência dos protestos do National Data Bank ganhou força. Ela estruturou a primeira geração de proteção de dados pessoais do mundo.

**[João Paulo]**

Do lado de baixo do Equador, o Brasil também tentava criar um banco de dados centralizado sobre a população exatamente nessa mesma época, Esse é um capítulo bem pouco conhecido da ditadura militar, mas no fim dos anos sessenta, o Serpro, uma empresa estatal de tecnologia, começou a discutir a criação do Renape. O Registro Nacional de Pessoas Naturais.

**[Marcelo]**

A ideia foi apresentada ao Ministério da Justiça como uma tecnologia capaz de aumentar a eficiência do Estado na condução de políticas públicas e simplificar a vida do cidadão.

**[João Paulo]**

A gente já ouviu esse papo quantas vezes hoje?

Quem conta a história do Renape é o historiador Marcelo Vianna. O Marcelo estuda uma área que pode parecer inusitada: a história da burocracia estatal. E isso levou ele a se debruçar sobre como foi a política de criação do campo da informática no Brasil, uma tentativa de criar uma indústria nacional de computadores nas décadas de 60 e 70.

Essa política girava no meio de uma tensão entre pesquisadores acadêmicos, engenheiros e o governo militar. E foi nesse redemoinho que a ideia do Registro Nacional de Pessoas Naturais surgiu.

E foi enterrada em 1978.

### **[Marcelo]**

Levando em conta o contexto de abertura política na segunda metade dos anos 70 houve uma forte mobilização da comunidade técnico científica contra o Renape.

### **[João Paulo]**

Ao contrário dos Estados Unidos, onde toda a discussão e polêmica foi pública, aqui ela não saiu dos meios técnicos. De certa forma, foram os próprios especialistas capazes de construir a infraestrutura do Renape que sabotaram ele.

Sabe por que? Porque eles tinham medo das consequências de um registro como esse.

### **[Marcelo]**

A implantação do Renape passou a ser amplamente debatida nos eventos acadêmicos nas instâncias burocráticas como um sistema que colocava em risco a autonomia dos indivíduos uma verdadeira ameaça contra a cidadania que estava em reconstrução no país. Do ponto de vista ético e político havia dúvidas sobre a destinação dos dados obtidos pelo sistema. O Renape ao despersonalizar um indivíduo reduzindo a um código numérico poderia

repassar essas informações para o aparato repressivo sem que houvesse minimamente um controle sobre isso.

**[João Paulo]**

Dentro desse aparelho repressivo existia um órgão especialmente interessado no Renape. Era o SNI, serviço nacional de informações, um órgão de inteligência criado pela ditadura em 1964.

O SNI não existe mais. Hoje, no lugar dele, o Brasil tem a Abin.

**=== sobe/desce som ===**

**[João Paulo]**

O SNI foi desmantelado em 1990. Um ano antes, em 1989, o Rubens Valente começou no jornalismo. O Rubens trabalhou por décadas na Folha de São Paulo e hoje tem um blog no UOL. Ao longo desse período, primeiro cobrindo a região Norte do Brasil e depois ao longo do processo de abertura de documentos da ditadura, ele se aproximou desse meio militar e de inteligência.

**[Rubens]**

Então o que aconteceu. Comecei a conhecer pessoas do SNI, antigos agentes. Oficiais de inteligência na época. Acho que o termo era agente mesmo.

**[João Paulo]**

Eu vou fazer uma digressão aqui. Como o Rubens falou em agentes ou oficiais, eu aproveitei para tirar uma dúvida. Por que tanta gente chama os espões brasileiros de arapongas?

**[Rubens]**

Eu creio que vai dar do Pássaro o pássaro Araponga. Ele tem um canto muito curioso e metálico. Lindo Araponga. Nunca vi na natureza. Só vi no YouTube.

**= áudio clip: som do araponga=**

**[Rubens]** Então vem daí que é aquele aquele indivíduo que sabe de algo e fala, grita. Está acontecendo tal coisa. Acho que a ideia vem daí. Isso sempre incomodou muito os oficiais de inteligência que até hoje ele se incomodam muito com esse termo né. Eles acham o termo pejorativo porque está ligado à ditadura militar. Curiosamente a ABIN tentou mudar ou o pássaro inventou o Carcará chegou a fazer uns gibis, a Abin.

**=audio clip: som do Carcará=**

**[João Paulo]**

Esse é o canto do carcará. Também não é muito simpático

**[Rubens]**

A Abin editou os gibis e eu até tenho esse gibi em algum lugar com a intenção de tirar essa ideia ruim e muitos muitos jovens oficiais de inteligência da ABIN renegam esse passado.

**[João Paulo]**

O Rubens tem até o gibi com a tentativa frustrada de rebranding da Abin, então ele é uma ótima pessoa para ajudar a gente a entender qual o lugar da agência nessa história. Depois que o SNI acabou em 1990, o Brasil viveu quase uma década de discussão sobre qual o modelo de órgão de inteligência seria mais adequado ao país, considerando que a gente tinha acabado de sair da ditadura.

Em 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Abin.

**[Rubens]**

O que era dia e noite pelo pelo governo Fernando Henrique Cardoso e que era repetido à exaustão né. Investigamos fatos, não procuramos pessoas, não podemos fazer inteligência sobre pessoas. Esse era o mantra

**[João Paulo]**

Isso é o contrário do que existia antes. Nessa proposta, os oficiais de inteligência da Abin andariam pelo Brasil e mundo afora recolhendo informações para ajudar o governo federal. Tipo como é a atuação do PCC na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Ou como o país poderia enfrentar melhor uma pandemia, veja só.

E isso de fato é feito. No começo do ano passado, por exemplo, a Abin produziu um relatório indicando que o Brasil iria enfrentar problemas graves com a falta de UTIs nos hospitais por causa da Covid-19 e recomendando o isolamento social como estratégia para controlar a doença.

Enquanto a gente conversava, o Rubens ressaltou muitas e muitas vezes que uma grande parte dos servidores da agência atua dentro das normas, e se preocupa em fazer da atividade de inteligência uma ferramenta importante pro desenvolvimento de políticas públicas.

Agora, as investigações contra pessoas nunca pararam. Mesmo durante os governos petistas, há casos de agentes da Abin infiltrados no MST e em grupos que se opunham à construção da Usina de Belo Monte.

Só que no governo Bolsonaro o apetite por informações pessoais cresceu. E cresceu bastante.

**=sobe/desce som=**

### **[João Paulo]**

Eu vou contar uma história misteriosa que eu encontrei na pesquisa para esse episódio. Mas eu já aviso que ela não tem final.

Em julho de 2020, uma organização chamada Coding Rights fez um pedido via Lei de Acesso à Informação para saber quais órgãos podiam usar o Cadastro Base do Cidadão. A LAI, como é conhecida, é um mecanismo para obter informações do poder público. A não ser que o conteúdo seja secreto, o governo é obrigado a responder de maneira correta.

Na resposta ao pedido da Coding Rights, o Ministério da Economia citava vários órgãos e falava que outros quatro estavam em processo de adesão ao Cadastro Base. Esses quatro eram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de



Nível Superior, o CAPES, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, e

A Abin.

Agora a gente dá um pulo no tempo, vai de julho, quando as mortes causadas pela Covid-19 eram pouco mais de 92 mil, para quatro de dezembro de 2020, quando elas passavam de 175 mil.

Nesse dia eu recebi a resposta de um outro pedido de LAI, onde eu queria saber porque, qual a justificativa, para a Abin acessar o Cadastro Base do Cidadão. A resposta foi a seguinte:

“Após busca aos registros da Abin não foi encontrado nenhum pedido endereçado ao Ministério da Economia com solicitação ao Cadastro Base do Cidadão, assim como não foi identificado nenhum servidor com acesso a tal base de dados.”

Na lista de 34 órgãos que usam o Cadastro hoje, que eu citei no começo do episódio, estão a CAPES, o MAPA e a ANS. Mas a Abin, que um dia esteve no processo de adesão, junto a esses três, sumiu.

No começo de fevereiro eu entrei em contato de novo com a Agência para tentar esclarecer essa dúvida. Eles falaram que me responderiam e eu esperei. Fiquei esperando, esperando. E continuo esperando.

Mas o aparato da Abin ainda não é o suficiente para o apetite do governo Bolsonaro sobre inteligência.

Vocês devem lembrar da famosa reunião com os ministros de 22 de abril de 2020, quando o presidente xingou muito, e falou essa frase aqui.

**=audio clip: Jair Bolsonaro=**

Sistemas de informações o meu funciona...o meu particular funciona.

**[João Paulo]**

Qual é exatamente esse sistema de inteligência particular do Bolsonaro é difícil saber, mas há uma tensão no ar.

**[Rubens]**

Então eu acho que o momento que a gente vive esse momento é uma queda de braço entre uma certa institucionalidade da inteligência tanto na ABIN quanto em outros setores contra esse movimento que vem do Palácio do Planalto para voltar ao tipo de inteligência que eles podem chamar de mais detalhado, que seja mais preciso. Ou seja voltando àquela prática que havia sido condenada em 1989 com o fim do SNI que a Abin tinha dito que jamais faria investigar pessoas.

**[João Paulo]**

E aí. Essas pessoas podem ter muitos problemas.

**[Rubens]**

A inteligência não é a acusação justamente a inteligência não trabalha com a imagem. Ela trabalha com o ambiente. Ela cria um ambiente de perseguição, de conspiração. Ela, a inteligência, ela trabalha exatamente do contrário da acusação. Ela cria as condições para que alguém puna. Ela é a semente da punição como no regime militar e muito depois que o regime acabou. As pessoas começaram a entender por que elas não progrediram na carreira. O dano da inteligência ele é profundo porque ele trabalha no imaginário. Ele não trabalha na prova.

**=Vinheta Tramas=**

Este episódio do Dadocracia faz parte do Tramas Democráticas, um programa de intercâmbio do Goethe-Institut que busca ampliar o diálogo sobre inovações cívicas e democracia digital na América do Sul.

Para conhecer os demais podcasts apoiados, você pode visitar o link que está na descrição deste episódio.

**[João Paulo]**

O Pedro Paulo Chaves é policial civil no Rio Grande do Norte há 9 anos. Mas se você chegar lá em Natal e procurar por ele, vai ter que perguntar por outro

nome: Pedro Chê. Formado em história, brizolista e barbudo, o Pedro não conseguiu fugir desse apelido quando entrou na polícia.

A trajetória dele na corporação também sempre foi entremeada pela política. O Pedro foi do sindicato, chegou a assumir um cargo na Secretaria de Segurança Pública do estado e desde 2018 integra o movimento dos policiais antifascistas.

Ser policial e de esquerda não é fácil. Pelo contrário, é...

### **[Pedro Chê]**

Terrivelmente difícil. Você só sendo de esquerda e não existindo militância, você já vai ser categorizado. As categorizações parecem inocentes, piadas de viatura, piadas de corredor delegacia, não é assim que funciona. Você é mais vigiado e está sob observação. Essa é a forma mais inocente que isso se dá. Fora estigmatizações dentro da categoria como traidor e amigo de bandido.

### **[João Paulo]**

Mas nada que o Pedro viveu nos primeiros 8 anos na polícia se compara ao que aconteceu com ele em 2020.

No início da pandemia, quando um grupo resolveu fazer carreatas em Natal e Mossoró contra as medidas de isolamento, ele publicou um vídeo contra o ato.

### **=audio clip: Pedro Chê=**

Se esse evento vier a acontecer, a brigada antifascista, com apoio dos policiais antifascismo irá atuar.

### **[João Paulo]**

Essa fala do Pedro motivou o Ministério Público a abrir uma investigação por formação de grupo 'paramilitar'.

### **[Pedro Chê]**

Eles fizeram um dossiê sobre a gente com 650 páginas, 650. E nessas 650 tem cento e algumas páginas que são textuais e dedicadas à análise ad stricta de quem éramos e o que defendíamos. É um texto que se você ver os textos do Dops vai ver que não tem diferença não. Foi da mesma linhagem, fazendo uma

análise política da nossa atuação. E além do mais, além de fazer esse texto horrível. Eles fizeram um favor de expor 24 policiais, nome, foto e endereço. Que é uma coisa que não se faz. Eu já morei em lugares, por um, dois que ninguém sabia que eu era policial. Porque é necessário Às vezes, questões de segurança que ninguém saiba qual é a profissão. Eu não saio dizendo por aí a minha profissão.

### **[João Paulo]**

Mas esse documento, que expôs o Pedro e os colegas dele, não foi único do gênero. Alguns meses depois, ele ficou sabendo que havia um outro dossiê, dessa vez feito pelo governo federal.

### **=audio clip: Guga Chacra=**

Quem são as pessoas que estão nesse dossiê antifascista? Pq eu, você, a Andreia, o Sardenberg, a Flávia somos todos antifascistas. São jornalistas, opositores políticos, ativistas, professores? Mais ou menos qual o perfil de quem tá incluído no dossiê antifascista? Pq eu como antifascista gostaria de saber”

### **[João Paulo]**

Bom, o Pedro Chê tava nesse dossiê. Ele, outros 575 policiais que fazem parte do movimento antifascista e três professores universitários.

Foi o Rubens Valente quem noticiou a existência do relatório, que foi feito pela Seop, uma secretaria do Ministério da Justiça e que deveria ser sigiloso. Depois que a matéria foi publicada, o ministro André Mendonça, teve que se explicar.

### **[Rubens]**

Esse caso do dossiê contra os antifascistas revelou inúmeras vezes que o ministro da Segurança Pública simplesmente vendido no tema, praticamente ele não sabia. Chegou a dizer isso. Eu só soube que havia esse tipo de trabalho depois da matéria. Ele falou isso. Isso é um escândalo. Como é que um ministro de Estado não sabe exatamente o que é que está acontecendo na sua área de inteligência.

### **[João Paulo]**

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal. E o STF decidiu por maioria a suspensão de qualquer relatório sobre pessoas que são contrárias ao governo. O dossiê gerou discursos contundentes de alguns ministros, como o Alexandre de Moraes. Escuta só o que ele disse durante o voto.

### **=audio clip: Alexandre de Moraes=**

Não bisbilhotar e supor que essas pessoas, servidores públicos da área de segurança são a favor ou contra o governo, são a favor ou contra certa ideologia. Isso é grave. Certo que como foi feito estava mais pra fofocaiada do que um relatório de inteligência.

### **[João Paulo]**

Se em termos de repercussão nacional o dossiê do Ministério da Justiça teve muito mais alcance, quando a gente vai ver as consequências mesmo, foi o primeiro relatório, aquele feito pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte que realmente atingiu o Pedro.

O promotor chegou a pedir que ele fosse afastado da função e que a arma dele fosse recolhida, mas isso não aconteceu de fato. Também foi instaurado um processo administrativo dentro da polícia, mas ele depende do processo judicial - que tá parado.

### **[Pedro Chê]**

É como se fosse uma carta na manga, que tá guardada, porque se eles pudessem atuar de forma dura e decisiva contra a gente já teriam atuado. Mas como não tem nada, segura, espera, e a torcida deles, que a gente faça algo que dê algum sentido àquela coisa primeira e aí eles consigam uma robustez para colocar para frente.

### **[João Paulo]**

Na nossa conversa o Pedro nunca usou a palavra ameaça, mas a sensação que fica pelo relato dele é de que foi isso que ele viveu - e ainda vive.

### **[Pedro Chê]**

O uso dos dados aí foi menos para vigiar e mais para fazer lawfare. Pra constranger, pra por no seu lugar, pra machucar, para intimidar os policiais antifascismo. Essa situação, os dados não são susceptíveis, não são dados públicos, são dados estritos que não são públicos. Eles foram feitos não pra questão de vigilância. Eles já teriam isso pra fazer. Mas foram usados a minha privacidade e a minha intimidade para fazer com que a gente baixasse a cabeça.

**[João Paulo]**

Já no caso do Ministério da Justiça, a sensação que se tem é de que houve o uso do equipamento estatal para fins políticos.

**[Pedro Chê]**

Ai eu não vejo tanto o ódio, eu vejo sim como da pragmática política. O governo, esse governo, escolhe inimigos porque ele tem inimigos e não governa para todos. Eles escolheram a gente como inimigos e usaram as máquinas estatais. E aí vem o medo do uso dos dados sem nenhum tipo de auditoria, sem nenhum tipo de regulamento. A gente não tem como fugir à realidade.

= **sobe/desce som** =

**[João Paulo]**

Essa ideia de um inimigo que precisa ser combatido é bem comum em governos autoritários. Quem me disse isso foi a Luciana Reis, professora de direito na Universidade Federal de Uberlândia e pesquisadora do Laut, Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo.

A gente foi atrás dela pra entender o que caracteriza um regime autoritário e se faz mesmo sentido falar disso no contexto do Bolsonaro.

**[Luciana]**

Quando a gente fala do autoritarismo em termos políticos, especificamente, a gente está pensando num tipo de regime que de alguma maneira não reconhece ou reconhece parcialmente apenas de forma formal o que a gente chama de liberdades civis e políticas. Então direitos como liberdade de associação, liberdade de expressão e de crítica ao próprio governo, o próprio

direito à privacidade. Esses direitos que na verdade constituem de alguma maneira as capacidades das pessoas de participarem da vida política.

**[João Paulo]**

No Brasil, esse conceito tem cores próprias. Em momentos diferentes da nossa história a gente viu um autoritarismo que impôs uma certa ordem e construiu a ideia do que seria a nação brasileira por meio da força estatal.

Isso aconteceu de maneira clara na Era Vargas e na Ditadura Militar. Mas, a Luciana diz que o que a gente vive hoje é diferente.

**[Luciana]**

É uma ascensão de características autoritárias no interior dessa democracia.

**[João Paulo]**

Ou seja, não há golpes, mas liberdades fundamentais do sistema democrático estão sendo atacadas todos os dias, como a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.

**[Luciana]**

Então existe aí um tipo de ascensão de poder autoritário que de novo não é um poder assim, a gente não está vendo uma mudança constitucional pra revogar o nosso artigo quinto e dizer não existe mais liberdade de imprensa no Brasil. Mas o exercício do poder ele se dá pelas bordas, minando as instituições.

**[João Paulo]**

Mas de que maneira a tecnologia e a proteção dos nossos dados - que são o assunto desse podcast no fim das contas-, entram nessa discussão?

Elas entram porque a proteção ou o abuso desses dados traz impactos diretos na capacidade de uma pessoa exercer vários dos seus direitos fundamentais que existem dentro de uma democracia. Aqui, a Estela Aranha da OAB do Rio de Janeiro.

**[Estela]**

Então é isso é indissociável hoje é indissociável a gente defender os direitos humanos digitais online da tecnologia e a proteção de dados. Porque hoje até inclusive acesso os direitos humanos mais básicos e mais os principais de autonomia e de liberdade que você é e a partir deles na liberdade de expressão de liberdade de associação você seus direitos individuais mais básicos que quando você olha para o âmbito da tecnologia para a vida digital você vê que eles não têm as mesmas garantias que a gente tem no mundo offline. Então a gente tem um gap a gente não não não atualizou tecnologicamente nossos direitos.

**[João Paulo]**

E se a proteção de dados é um direito, pro Rafael Zanatta, do Data Privacy Brasil, a tecnologia nesse contexto que a gente tá discutindo é uma facilitadora para governos autoritários. O Cadastro Base do Cidadão, sobre o qual a gente falou aqui antes, pode ser um exemplo disso.

**[Zanatta]**

A escolha por esse tipo de arquitetura de sistemas que permite cruzar mais de 40 tipos de bases de dados pessoais e incrementadas com dados biométricos como o jeito de andar e rosto. Esse esse tipo de tecnologia ele habilita muito facilmente um tipo de conduta repressiva. Ao tentar utilizar esse dado para outra finalidade.

**[João Paulo]**

O Zanatta chama isso de tecnoautoritarismo. A palavra é difícil, mas não é complicado entender o conceito.

Basicamente, a ideia é que a tecnologia expande a capacidade estatal de controle. E quando isso se junta a um comportamento político mais autoritário, há margem para certos tipos de conduta que afetam os direitos de forma significativa, o que é um risco pras nossas democracias.

O Zanatta deu outros dois exemplos atuais que mostram como isso pode acontecer. O primeiro é de Singapura. Eles usaram por lá um sistema de rastreamento de contatos, de contact tracing, por causa da pandemia de Covid-19. E pra isso, coletaram uma quantidade significativa de dados dos



cidadãos. A promessa era de que esses dados seriam usados só para essa questão de saúde. Mas aí começou uma turbulência política e agora...

**[Zanatta]**

As polícias vão ter acesso aos dados do Trace Together, do Covid Tracing, do protocolo do aplicativo. Isso é péssimo é assim. E é uma tentação gerada pela arquitetura do sistema. Ela vai habilitar formas repressivas muito severas.

**[João Paulo]**

Por mais que um sistema como esse seja importante, e não tenha sido pensado e construído para facilitar tendências autoritárias, é muito fácil, muito simples, distorcer o propósito dele.

É como se o governo tivesse nas mãos um doce proibido tão mas tão gostoso, que é impossível não prová-lo. E esse doce é a nossa liberdade.

O outro exemplo do Zanatta vem dos Estados Unidos.

**[Zanatta]**

Logo depois do protesto de George Floyd. Felizmente essa ideia foi refutada, mas se cogitou a utilização de todo aparato que tinha sido instalado na cidade para fazer monitoramento termal e de proximidade de pessoas de covid para usar aquele sistema todo para fazer o reconhecimento facial dos manifestantes quando eles estavam fazendo aquele quebra quebra rolou um quebra pau na cidade inteira. A polícia cogitou isso, fazer a interoperabilidade dos dados da polícia com esses dados e com esses sistemas que estavam servindo para aquilo, que felizmente foi rejeitado.

**[João Paulo]**

Esses dois casos são bem ilustrativos de uma necessidade que a gente precisa ter dentro do estado, que é a separação informacional dos poderes.

Não há motivo para que diferentes órgãos governamentais tenham acesso a todas as informações que cada um deles tem sobre nós. Caso isso acontecesse, o governo teria uma espécie de poder total sobre o cidadão.

Então do mesmo jeito que o Estado Democrático de Direito depende da separação de poderes com freios e contrapesos para evitar o autoritarismo, o mesmo deve acontecer com o mundo tecnológico e digital. Quem explica isso é a Estela.

### **[Estela Aranha]**

Porque aí todo o Estado como um todo tem acesso aos dados de todos os cidadãos cria uma simetria muito grande o controle um poder muito grande. Então a gente precisa por exemplo dentro do Estado e aí como administração pública saber que os dados dos cidadãos tem que ser tratado cada ente, cada órgão do Estado tem que ter acesso somente aos dados de acordo com essas atribuições de acordo com as suas competências.

### **[João Paulo]**

Frente a tudo isso, eu perguntei pra Luciana Reis, que estuda conservadorismo e autoritarismo no Brasil, se na opinião dela faz sentido a gente se preocupar com nossa situação atual.

### **[Luciana]**

Mesmo que hoje a gente tivesse vivendo no Brasil uma democracia consolidada que tudo parecesse estar bem, se a gente não tivesse nem vivendo nenhum tipo de crise já seria preocupante. Num contexto em que a gente vive que é obviamente um contexto de crise generalizada e de um poder político que claramente se coloca como um poder autoritário isso fica mais preocupante ainda porque parece uma tempestade perfeita. A conjunção de vários fatores ameaçadores para o exercício das liberdades. Então eu acredito que essa questão do aumento do vigilantismo sobre as pessoas a questão da proteção de dados é uma questão fulcral do momento atual e que precisa realmente ser bastante tematizada e pensada em termos de grande questão político institucional a ser resolvida no nosso tempo.

### **[João Paulo]**

Na conversa que eu tive com o jornalista Rubens Valente, ele falou bastante sobre algumas mudanças no comportamento dos órgãos de inteligência brasileiros que mostram um aumento de perseguições políticas.

Eu perguntei pro Rubens o quanto essa troca de dados pessoais entre órgãos do governo e consultas a ferramentas como o Cadastre Base do Cidadão podiam ser utilizados nessas práticas pouco democráticas, digamos, e ele foi bastante pessimista.

Ele começou me contar uma história, mas daí parou, reformulou a frase e disse o seguinte.

**[Rubens]**

O que eu posso dizer é que a falta de controle sobre o estado brasileiro permite imaginar que os nossos dados já são acessados diariamente. Que esses dados os dados mais delicados que a gente pode imaginar já estão ao alcance.

**[João Paulo]**

Mas isso não significa que o jogo esteja perdido.

Pelo contrário, há um movimento de resistência a essa fome voraz como o governo consome nossas informações. Um dos campos de batalha dessa disputa é a justiça e aconteceram algumas vitórias importantes nos últimos tempos.

Eu vou dar um exemplo. Em abril de 2020, o governo definiu que as empresas de telecomunicações seriam obrigadas a repassar dados dos clientes para o IBGE. Mas o Supremo Tribunal Federal, o STF, impediu isso.

Hoje, também há uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo contra o Cadastro Base do Cidadão. Essa ação foi proposta pela OAB e é uma de muitas que a ordem vem ajuizando, para a gente usar o jargão técnico, como conta a Estela Aranha.

**[Estela]**

O ano passado tiveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade a cada dois dias. De modo geral essas ações diretas de inconstitucionalidade estão atacando todas essas questões que mostram avanços antidemocráticos que estão ferindo a Constituição o caráter da Constituição estão sendo contestados pela OAB Federal incansavelmente.

**[João Paulo]**

É claro que a OAB não faz isso sozinha. A Bia Barbosa, da Coalizão Direitos na Rede, chama atenção para o volume significativo de organizações, pesquisadores, analistas, e até influenciadores do twitter, que também estão gritando para que mais pessoas entendam esse problema e se posicionem contra ele.

**[Bia]**

Tem um cenário bastante preocupante e negativo do ponto de vista dos direitos digitais na esfera pública federal, na administração pública federal você tem por outro lado um movimento muito importante de crescimento dessa agenda de apropriação dessa agenda e dessa luta na sociedade civil.

**[João Paulo]**

É como se ao invés de repetir o Renape, onde a resistência à tentativa de um cadastro centralizado de pessoas feito pela ditadura aconteceu a portas fechadas, de maneira discreta, agora o movimento é rumo ao National Data Bank dos Estados Unidos, uma briga gritada. Uma briga popular.

**[Zanatta]**

Eu acho que parte do esforço de falar sobre tecnoautoritarismo e dizer sobre essas técnicas essas escolhas e arquitetura de sistemas de potencial repressivo e aumentar a capacidade da população de se informar e promover grandes debates públicos democrático sobre isso.

**[João Paulo]**

Esse é o Rafael Zanatta de novo. E se ele defende esse debate público, é porque acredita que há esperanças.

**[Zanatta]**

A gente não é nem derrotista nem alarmista no sentido de que estamos numa situação onde não há alternativas. Vamos descambar para a distopia de vigilância e controle populacional total. Não é isso que a gente acredita. Nada é definitivo. As escolhas feitas agora as implementações de tecnologia podem ser desfeitas.

**=sobe/desce som=**

**[João Paulo]**

Por mais que a resistência exista e que debater isso em público - no twitter, na imprensa ou aqui nesse podcast - seja cada vez mais necessário, é importante a gente deixar claro que essa vigilância autoritária é uma realidade na vida de muita gente.

E, assim como o Rubens Valente descreveu a perseguição na época da ditadura, muitas vezes isso acontece de forma escamoteada, criando um clima, uma coisa pouco tangível, mas facilmente sentido.

Eu perguntei pra Reetika Khera, a pesquisadora indiana que falou no início do episódio, se ela se sentia perseguida. Assim como o Brasil, a Índia tem um primeiro ministro de direita que usa a estrutura estatal contra os inimigos do governo. A resposta dela foi bastante ilustrativa.

**[Reetika]**

So it isn't a question of the government saying, look, have we gone after Reetika? No, the answer is clearly no so far. But has it affected my thinking and work on this? I would say yes. The fact that I bring it up in this conversation is a consequence of this kind of thinking. So centralization of the data and technologies in this way is not good for democracy and it is not good for welfare.

**=tradução=**

Não é uma questão de perguntar se o governo está atrás de mim. Porque até o momento a resposta é não. Mas isso afetou minha maneira de pensar e trabalhar sobre esse assunto? Eu diria que sim. O próprio fato de eu ter trazido isso nessa conversa é consequência desse tipo de pensamento. Então a centralização de dados e tecnologias não é boa para democracia e não é boa para o bem estar social.

**=sobe/desce som=**

### **[João Paulo]**

Lembra que no início do episódio eu disse que essa história toda lembrava mais O Processo, do Kafka, do que o 1984 do Orwell? Então, por mais que eu queira evitar, não tem jeito de fugir dessa segunda comparação.

O Marcelo Viana, que estuda a história da burocracia estatal relatou num texto, uma situação vivida pelo antropólogo Darcy Ribeiro lá em 1978.

Numa quinta-feira, por volta das 11 da noite, o Darcy tava no aeroporto do Galeão, prestes a embarcar pro México, quando foi detido.

O sistema da Polícia Federal dizia que ele não poderia embarcar e ele foi levado para uma delegacia.

Em 78, o Brasil ainda vivia a Ditadura Militar. O Ernesto Geisel tava no fim do mandato e a lei da anistia viria só no ano seguinte.

O Darcy Ribeiro não era uma pessoa muito querida pelo regime. Em 1968, depois do Ai-5, ele foi preso e ficou 9 meses na cadeia. Nos anos seguintes, se exilou em diversos países. E ali, naquela noite, apesar de ter todas as autorizações para viajar, os computadores diziam que ele não poderia sair do Brasil.

Tempos depois o Darcy falou o seguinte sobre esse episódio:

### **=audio clip: Eric Nepomuceno=**

Fui preso pelo computador. A ficção imaginada por George Orwell, no livro 1984, no qual descreve um país dirigido por um computador, tornou-se realidade no Brasil. Para nós, é importante a regulamentação do uso policial dos computadores. Isso é tanto mais necessário, porque o governo, além de estar armado com fuzis, agora está armado [com] computadores contra os cidadãos.

### **[João Paulo]**

Os tempos são outros, o contexto é diferente, mas o sentimento parece que é o mesmo.

**=sobe/desce som=**

**[João Paulo]**

Esse foi o Dadocracia, o podcast sobre tecnologia e sociedade do Data Privacy Brasil. Este episódio faz parte do Tramas Democráticas, um programa de intercâmbio do Goethe-Institut que busca ampliar o diálogo sobre inovações cívicas e democracia digital na América do Sul.

Para conhecer os outros podcast apoiados, você pode visitar o link que está na nossa descrição. Se você quiser mandar um comentário ou entrar em contato, é só escrever para dadocracia@dataprivacy.com.br

A produção e o roteiro desse episódio são meus e da Juliana Deodoro. Vocês ouviram a voz da Juliana dublando as falas da Reetika. Agora no finalzinho, quem leu o texto do Darcy Ribeiro foi o jornalista e escritor Eric Nepomuceno, um grande amigo do Darcy.

A trilha sonora original e a edição de som são do Paulo Pinheiro e do Diogo Saraiva.

A gente usou alguns trechos de áudio de matérias do Estadão, do SBT, do UOL, do Chicago History Museum, da Veja, da Brigada Antifascismo, da Jovem Pan, da GloboNews, e da TV Justiça.

O som do canto do Araponga e do Carcará, minha parte preferida desse episódio, veio dos canais do YouTube Farm Animals e Canto dos Pássaros.

Obrigado por nos ouvirem e até a semana que vem. Tchau tchau.

**= vinheta =**

